

A DIMENSÃO HISTÓRICA NO DESENVOLVIMENTO DAS ABORDAGENS DE IMMANUEL WALLERSTEIN E GIOVANNI ARRIGHI

ALEXSANDRO EUGENIO PEREIRA*

I. INTRODUÇÃO

Os diferentes estudos teóricos da política internacional buscaram explicações para uma questão fundamental relativa à persistência e à continuidade da guerra nas relações interestatais. A guerra é interpretada como consequência da competição política, promovida pelos Estados de forma interminável. A guerra seria, portanto, um traço inerente às relações internacionais. Esse fato pode ser comprovado pelos dados de Jack Levy (citado em FIORI, 2007: 41). Levy estimou que as grandes potências envolveram-se em guerras durante 75% do período que vai de 1495 a 1975, iniciando uma guerra, em média, a cada sete ou oito anos.

A luta pelo poder entre os Estados é, portanto, um dos traços históricos recorrentes das relações internacionais. Em geral, para explicar essa luta, a teoria dominante (o realismo clássico de Hans Morgenthau [2003] e suas vertentes contemporâneas) privilegiou a autonomia do político, seguindo a linha dos filósofos políticos modernos, Nicolau Maquiavel e Thomas Hobbes. Ela posicionou, no centro da análise, a disputa pelo poder no sistema interestatal. No realismo clássico, os temas econômicos fazem parte daquilo que Morgenthau denominou de “baixa política” em contraposição à “alta política”. A chamada “alta política” corresponderia às preocupações de cada ator estatal com sua sobrevivência num sistema de Estados que opera num ambiente de anarquia – compreendida como a ausência de um governo mundial capaz de regular as relações interestatais. Partindo da autonomia do político, sustentada pela teoria dominante, as dimensões econômicas são relegadas, portanto, a um segundo plano.

Nas perspectivas marxistas das relações internacionais, entre as quais a da teoria do sistema-mundo, sustentou-se a necessidade de conectar a dimensão política à econômica no campo de análise. A teoria do sistema-mundo priorizou a evolução histórica do capitalismo e derivou dessa evolução explicações para a

* Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná (PPGCP/UFPR). Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP).

permanência/continuidade da guerra. Ao contrário do realismo clássico, os teóricos marxistas — como I. I. Lênin (1990), I. Wallerstein e G. Arrighi — compreenderam temas fundamentais como a guerra e o equilíbrio de poder nas relações internacionais a partir de uma leitura que privilegiou a dimensão econômica.

Os teóricos mencionados no parágrafo precedente reconheceram a necessidade de compreender fenômenos internacionais como resultados de um longo processo de evolução histórica cujas características foram estabelecidas no nascimento do capitalismo, ainda no período medieval. É o caso, por exemplo, da abordagem dos ciclos de acumulação e de hegemonia formulada por Giovanni Arrighi (1996). Nessa abordagem é possível perceber a relevância da dimensão histórica na construção de uma teoria capaz de estabelecer conexões entre a esfera política (a guerra, a preparação para a guerra, as disputas interestatais pelo poder e a formação do equilíbrio de poder entre as unidades estatais) e a esfera econômica (o desenvolvimento histórico do capitalismo).

Nesse sentido, o objetivo deste artigo é mostrar como a dimensão histórica foi incorporada no desenvolvimento das abordagens do sistema-mundo de I. Wallerstein e dos ciclos de acumulação e de hegemonia de G. Arrighi. Nesse artigo, optarei pela análise de três temas principais tratados pelos dois autores: (i) a ênfase atribuída na análise à evolução histórica do capitalismo; (ii) o uso da noção de hegemonia como recurso teórico capaz de estabelecer a periodização do desenvolvimento histórico do capitalismo; (iii) a articulação entre o político e o econômico no estudo do moderno sistema mundial. A questão norteadora dessa análise pode ser formulada nesses termos: *de que forma a dimensão histórica estrutura o desenvolvimento das abordagens da política internacional formuladas por I. Wallerstein e G. Arrighi.*

Para responder essa questão, o artigo estará organizado em três seções principais. A primeira delas apresentará a dimensão histórica na teoria do sistema-mundo de Immanuel Wallerstein. A segunda examinará a perspectiva dos ciclos de acumulação e de hegemonia de Giovanni Arrighi. A terceira, por fim, estabelecerá um contraponto entre essas duas abordagens e a teoria realista clássica (de Hans Morgenthau) das relações internacionais, com o propósito de mostrar como Wallerstein e Arrighi recuperaram a dimensão histórica e forneceram referenciais importantes para a compreensão de temas centrais da cena internacional contemporânea. Destaco, entre esses temas, a proeminência atual da competição econômica e o impacto dessa

competição sobre a distribuição de poder entre os Estados. Dentro desse último tema, situa-se o debate sobre a continuidade da dominação econômica e política dos Estados Unidos. Em linhas gerais, o propósito do artigo não é discutir tais temas, mas mostrar como determinadas perspectivas teóricas das relações internacionais procuraram se valer da dimensão histórica e como o recurso a essa dimensão gerou rendimentos significativos na análise dos fenômenos internacionais.

II. A PERSPECTIVA HISTÓRICA NA TEORIA DO SISTEMA-MUNDO DE IMMANUEL WALLERSTEIN

A teoria do sistema-mundo de I. Wallerstein foi estabelecida por intermédio da publicação dos três volumes do livro *O sistema mundial moderno*. O primeiro dos três foi publicado em 1974. Seu ponto de partida é a noção de sistema social, utilizada para explicar a dinâmica das relações internacionais no curso dos últimos quinhentos anos da história. Essa noção é, também, fundamental para a articulação, dentro da teoria, entre os elementos políticos, econômicos e sociais envolvidos nessa dinâmica. Wallerstein explicou, ainda no primeiro volume, que escolheu a noção de sistema social com base no argumento de que o processo de mudança histórica só poderia ser captado em sistemas sociais. Nesse sentido, rejeitou explicar as mudanças a partir do comportamento dos Estados soberanos. Antes disso, sugeriu que as mudanças nos Estados devem ser interpretadas como consequência da evolução e da interação entre eles no interior do sistema mundial. A partir daquele argumento, Wallerstein estabeleceu seu mais importante empreendimento intelectual, isto é, traçar a história desse sistema cujas bases se estabeleceram ainda no período medieval.

A noção de sistema social abrangeria as sociedades nacionais, nas quais se estabelecem classes, partidos e grupos de *status*, e os Estados soberanos. Mesmo filiado ao marxismo, Wallerstein rejeitou abordar as classes como as únicas unidades significativas que operam nas arenas sociais e políticas, optando por uma classificação weberiana que, além das classes, acrescentou os partidos e os grupos de *status* como unidades importantes. O recurso à noção de sistema social gerou uma abordagem mais abrangente baseada em uma tentativa de explicar o capitalismo. Nessa tentativa, o capitalismo não é circunscrito apenas à sua realidade nacional, mas é visto como norteador de um sistema social abrangente dentro do qual se estabeleceram a dinâmica das relações interestatais.

O processo histórico, portanto, é reconstruído a partir dos pressupostos teóricos, em especial da noção de sistema social mundial. Ao estabelecer sua releitura da história mundial, Wallerstein posicionou-se contra uma tendência recente das ciências sociais denominada por ele de “quantificação dos processos de pesquisa”. Essa quantificação teve, como consequência, o abandono do recurso aos dados históricos na interpretação de fenômenos internacionais. Esse debate foi mais amplo, processou-se nas ciências sociais e teve reflexos nas análises teóricas do campo das relações internacionais. Tratou-se, nesse campo, do debate dos anos 1960 entre o realismo e o *behaviorismo*¹. Como consequência, aumentaram, de forma significativa, as pesquisas em relações internacionais baseadas em métodos quantitativos. No final dos anos 1970, por exemplo, uma das mais importantes abordagens teóricas recentes neste campo foi *Theory of International Politics* (de 1979) de Kenneth Waltz, na qual o autor optou por uma interpretação estruturalista e a-histórica da política internacional. Wallerstein considerou que o abandono da investigação histórica seria “uma das maiores tragédias das ciências sociais do século XX” (cf. WALLERSTEIN, 1990: 20).

Rejeitando esse abandono, Wallerstein defendeu a importância da dimensão histórica no desenvolvimento teórico das ciências sociais. Sua análise, no entanto, “aprisiona” a história no interior de sua tese segundo a qual o sistema mundial moderno tomou a forma de uma economia-mundo capitalista cuja gênese se observou na Europa do “longo século XVI” e envolveu a transformação de um modo de produção vigente na época do feudalismo num sistema social qualitativamente diferente (cf. WALLERSTEIN, 1996: 17). E aprisionou a história, ainda, ao sustentar que os últimos quinhentos anos devem ser examinados a partir da noção de sistema social mundial.

Para Wallerstein, só existiram dois sistemas sociais mundiais no curso da história. O primeiro deles é chamado de impérios-mundo, nos quais se pode observar a formação de um único sistema político capaz de administrar a maior parte da área geográfica reunida pelo império. É o caso, por exemplo, do império romano. O segundo sistema é o moderno, caracterizado pela convivência não harmoniosa entre inúmeros sistemas políticos. Wallerstein destacou justamente essa peculiaridade do capitalismo moderno: a multiplicidade de sistemas políticos contidos dentro dos limites da economia-mundo. O capitalismo seria mundial na medida em que abrangeria um

¹ Sobre esse debate nas relações internacionais, conferir, dentre outros, HALLIDAY, 1999: 24-29.

conjunto de áreas geográficas dentro das quais circulariam os fatores de produção (como investimentos, matérias-primas e força de trabalho).

Para Wallerstein, as dimensões da economia-mundo capitalista seriam determinadas pelo estado da tecnologia, em particular pelos desenvolvimentos nas áreas de transporte e de comunicação. Porém, os cinco séculos examinados pela teoria do sistema-mundo não são caracterizados apenas pela expansão contínua da economia-mundo capitalista, mas envolvem fases de contração que alternam os períodos de expansão capitalista. Essas oscilações entre expansão e contração são decisivas para explicar as sucessões hegemônicas dentro da economia-mundo capitalista na medida em que abririam possibilidade para o declínio de uma hegemonia e a ascensão dos postulantes à sucessão hegemônica. A hegemonia é compreendida pela teoria do sistema-mundo como a dominação econômica estabelecida por um Estado no conjunto da economia-mundo capitalista. Nesse sentido, a história do sistema mundial seria caracterizada pela ascensão e declínio de três hegemônias sucessivas que se formaram após guerras interestatais determinantes da sucessão hegemônica. As três hegemônias seriam: a das Províncias Unidas (Holanda) em meados do século XVII; da Grã-Bretanha em meados do XIX; e a dos Estados Unidos em meados do século XX. Para Wallerstein, as duas guerras mundiais da primeira metade do século XX seriam, na verdade, uma única guerra entre Estados Unidos e Alemanha para definir a sucessão hegemônica da Grã-Bretanha (cf. WALLERSTEIN, 2004: Capítulo 2).

As oscilações explicariam, também, os motivos pelos quais o sistema mundial não é caracterizado pela estabilidade. No entanto, a competição crescente entre os capitalistas de diferentes Estados acarreta pouca ou remota probabilidade de formação de um império-mundo (cf. WALLERSTEIN, 2001:50-51). Essa probabilidade é remota, também, por causa do equilíbrio de poder mantido no sistema interestatal. A explicação, no entanto, concentrou-se nas questões de natureza econômica. Para o autor, no curso da história do sistema mundial moderno sempre houve alguma dispersão das atividades produtivas mais lucrativas. Como resultado, numerosos Estados sempre desfrutaram de uma base econômica capaz de torna-los relativamente fortes, impedindo que qualquer um dos seus rivais no sistema interestatal viesse a reivindicar seus territórios, suas populações e seus capitais com o propósito de formação de um novo império.

Nesse contexto, tributário da perspectiva histórica de F. Braudel, Wallerstein (2001: 42-49) reservou ao Estado tarefas fundamentais dentro da economia-mundo capitalista. O autor lista um conjunto de quatro tarefas relevantes do poder estatal. Essas tarefas resumem a forma por meio da qual Wallerstein articula a política à economia. A dimensão política é interpretada no quadro teórico do marxismo. Os Estados são mediadores das relações de sua política interna com a economia-mundo capitalista. São essenciais, como se pode observar pelas tarefas que desempenham. A primeira delas seria a jurisdição territorial. Os Estados reconhecem, a princípio, a soberania uns dos outros e não toleram a justaposição de jurisdições. Dessa forma, cada Estado tem jurisdição formal sobre o movimento de bens, dinheiro-capital e força de trabalho através de suas fronteiras. Por isso, cada Estado pode afetar, em alguma medida, a divisão social do trabalho na economia-mundo capitalista. Os Estados situam-se numa antinomia: ou ausência total de controles (comércio livre) ou ausência total de movimentos livres (autarquia). Em geral, ficam entre esses dois extremos.

Um segundo elemento do poder estatal é o direito legal, que determina as regras que governam as relações sociais de produção no interior de uma jurisdição territorial. Um terceiro elemento utilizado pelos Estados é o poder de cobrar impostos. A taxaço sempre existiu e se tornou a principal fonte regular da renda estatal. Ao mesmo tempo, pode-se observar, ao longo do tempo, um crescimento significativo dos impostos como percentagem do valor total criado ou acumulado. Por meio da taxaço, o Estado: (i) promove uma redistribuiço capaz de afetar favoravelmente o bem-estar das classes menos favorecidas em nome da estabilidade social; (ii) favorece os grandes detentores de capital; e (iii) realizaria investimentos cruciais destinados a reduzir os custos dos grupos de proprietários-produtores (em energia, em transportes e em redes de informaçõ da economia-mundo).

Finalmente, os Estados utilizam a força com dois propósitos: (i) assegurar a aceitaço, pela força de trabalho, dos papéis e recompensas a ela atribuídas; (ii) os exércitos são instrumentos que garantem aos produtores de um Estado a possibilidade de interferir na proteço concedida pelos outros aparatos estatais a seus produtores locais. O autor afirma (cf. *idem*) que o grau de poder dos diferentes aparatos estatais tem variado enormemente. Os Estados situar-se-iam em uma hierarquia de poder que não pode ser medida pelo seu tamanho e pela coerência das suas burocracias. A hierarquia é

determinada pela comparação entre as capacidades dos diferentes Estados de promover concentração de capital dentro de suas fronteiras (WALLERSTEIN, 2001: 49). Os Estados podem, devido a essas capacidades, “constranger forças militares hostis; [exercer] a habilidade de decretar medidas vantajosas em casa e impedir outros Estados de fazerem o mesmo; e [...] [exercer a] habilidade de constranger suas próprias forças de trabalho e de minar a capacidade dos rivais de fazerem o mesmo” (*idem*). Para o autor, o que mede a força e o desempenho dos Estados é, portanto, o resultado econômico (*ibidem*).

Em síntese, a peculiaridade da abordagem da teoria do sistema-mundo está na sua capacidade de teorização baseada na análise histórica. Wallerstein retirou dessa análise elementos mais gerais capazes de explicar o processo de desenvolvimento da economia-mundo capitalista. Ele separou a situação histórica anterior à formação do sistema mundial moderno da situação posterior a essa formação. O propósito foi mostrar uma característica inerente ao processo histórico como um todo: antes da emergência do capitalismo moderno, havia instabilidade e tendência de formação de impérios-mundo; após a formação do capitalismo, há uma tendência de permanência de um sistema-mundo com suas características. Nesse quadro histórico do sistema mundial moderno, a competição interestatal impossibilitaria, também, a formação de um império-mundo e asseguraria a manutenção da peculiaridade do capitalismo como sistema social mundial: a de se manter e de se expandir num ambiente caracterizado pela convivência de inúmeros sistemas políticos rivais. Retomarei esses pontos na quarta seção deste artigo.

III. A PERSPECTIVA DOS CICLOS SISTÊMICOS DE ACUMULAÇÃO E DE HEGEMONIA DE GIOVANNI ARRIGHI

O ponto de partida do *O longo século XX*, de Giovanni Arrighi, foi analisar as transformações recentes do capitalismo. Essas transformações não apresentariam novidade significativa tendo em vista que o capital, segundo o autor (baseada em F. Braudel), sempre foi flexível e sempre demonstrou significativa capacidade de mudança e de adaptação. O recurso à dimensão histórica permitiu que Arrighi viesse a teorizar sobre essas transformações, procurando captar padrões de repetição e evoluções presentes no curso do capitalismo histórico (cf. ARRIGHI, 1996: 04). Tal recurso permitiu, também, identificar momentos de crise, de reestruturação e de reorganização do capitalismo caracterizados, pelo autor, como “mudanças com descontinuidade”. O

ponto de partida desta investigação é Fernand Braudel para quem as características essenciais do capitalismo histórico em sua *longue durée* seriam a flexibilidade e o ecletismo do capital. (*ibidem*).

Para explicar a ausência de novidade nas transformações recentes do capitalismo, Arrighi recorreu à fórmula geral do capital apresentada por Karl Marx (DMD'). Essa fórmula retratou não apenas a lógica dos investimentos capitalistas individuais, como, também, o padrão recorrente do capitalismo histórico como sistema mundial. Esse padrão, por sua vez, seria caracterizado pela alternância entre épocas de expansão material (fases DM de acumulação de capital) e épocas de renascimento e expansão financeiras (fases MD'). As primeiras épocas são caracterizadas pela utilização do capital financeiro com o propósito de gerar produtos por intermédio da utilização da força de trabalho e das matérias-primas. As segundas épocas, ao contrário, envolveriam a expansão financeira por intermédio de situações de lucro nas quais a mediação da mercadoria estaria ausente (DD'). Terminadas as duas fases, o resultado seria um completo *ciclo sistêmico de acumulação* (cf. ARRIGHI, 1996: 06). Não haveria novidade no capitalismo contemporâneo, em virtude de que ele estaria na segunda fase a partir dos anos 1970, caracterizada pela expansão financeira, conforme se pode observar pelo significativo volume de capitais financeiros em circulação pelo mundo contemporâneo².

Sua análise histórica concentrou-se, portanto, no exame dos sucessivos ciclos de acumulação com o propósito de identificar, também, anomalias nessa fase e verificar se estaria em curso um rompimento com esses padrões. O recurso à história permitiu identificar padrões recorrentes desse desenvolvimento e estabelecer quatro ciclos sistêmicos de acumulação, a saber: (i) um genovês do século XV ao início do XVII; (ii) um holandês do fim do século XVI até a maior parte do XVIII; (iii) um britânico, da segunda metade do XVIII até o início do XX; (iv) e um norte-americano, iniciado no fim do XIX e que prossegue até os dias de hoje (cf. *idem*: 07). Como é possível notar, são ciclos relativamente longos na medida em que ultrapassam um século e diferem dos ciclos de Kondratieff (marcados por contrações e expansões) utilizados por Immanuel Wallerstein para caracterizar as oscilações da economia-mundo capitalista e

² Robert Gilpin estimou, no final dos anos 1990, que estariam em circulação pelo mundo, somente em derivativos, a impressionante soma de 360 trilhões de dólares, superando o valor de toda a economia global. Cf., a respeito, GILPIN, 2004: 38.

mencionadas na seção anterior deste artigo. Arrighi optou pelos ciclos sistêmicos de acumulação na medida em que seriam reveladores da flexibilidade do capital. Em outros termos, Arrighi partiu dessa flexibilidade para pensar os ciclos de acumulação, pois compreendeu que as expansões financeiras ocorreram em decorrência da preocupação dos capitalistas em multiplicar o capital investido. Quando as atividades de comércio e de produção não atenderem mais essa preocupação, os capitalistas investiram na multiplicação do capital pela via financeira (DD’).

Os ciclos sistêmicos de Arrighi se inscrevem na visão de Fernand Braudel segundo a qual existiria uma relação entre a criação e a reprodução ampliada do capitalismo histórico e os processos de formação dos Estados nacionais. Braudel considerou a emergência e a expansão do capitalismo como dependentes do poder estatal. Para o historiador, o capitalismo seria concebido como a camada superior de uma estrutura com três patamares: uma camada inferior formada por uma economia elementar e autossuficiente (seria a vida material); acima dela, estaria a economia de mercado, com comunicações horizontais entre diferentes mercados; acima dessa segunda camada estaria a zona avessa ao mercado, onde estão os grandes predadores: os capitalistas especializados nas finanças. Esse seria o verdadeiro lar do capitalismo segundo Braudel (cf. *ibidem*: 10).

Ao analisar os processos de formação dos Estados, Arrighi sugeriu uma conexão distinta entre as dimensões políticas e econômicas quando comparada à forma pela qual Wallerstein pensou essa mesma conexão. Para ele, a emergência do capitalismo na Europa foi marcada pela fusão do Estado com o capital. Arrighi acompanhou a análise de Weber³ até certo ponto⁴, quando Weber observou que os Estados sempre competiram pelo poder e, para obter vantagens nessa competição, necessitavam lutar pelo capital circulante. Esse capital, por sua vez, estabeleceu as condições mediante as quais auxiliaria os governantes na competição interestatal pelo poder. Com isso, segundo Weber, formou-se uma aliança entre Estados e forças capitalistas cujo resultado foi fundamental para a criação do capitalismo moderno.

A discordância de Arrighi em relação a Weber é pontual. Arrighi destacou a importância da concentração de poder para as expansões materiais da economia mundial

³ Em *Economia e Sociedade*. Vol. 1. Brasília: Editora da UnB, 1991. Citado em ARRIGHI, 1996.

⁴ Mencionarei a restrição à análise de Weber mais adiante.

capitalista. Essa concentração ocorreu a partir do século XVI com o estabelecimento da primeira das três hegemonias do capitalismo histórico. Ao contrário de Wallerstein, Arrighi tentou recuperar o conceito de hegemonia desenvolvido por A. Gramsci para explicar as formações sociais capitalistas. Gramsci compreendeu a hegemonia como a capacidade de uma fração da classe dominante exercer a liderança intelectual e moral sobre o conjunto das demais frações e sobre as classes dominadas. No campo das relações internacionais, o termo hegemonia é utilizado pela teoria realista como sinônimo de dominação de um Estado sobre os demais. Recusando essa utilização, Arrighi sustentou que hegemonia significaria “a capacidade de um Estado exercer funções de liderança e *governo* sobre um sistema de nações soberanas” (ARRIGHI, 1996: 27; sem grifos no original).

Nas relações internacionais, um Estado seria hegemônico, também, quando se mostrou capaz de liderar o sistema de Estados numa direção desejada e foi percebido pelos demais como defensor do interesse geral desse sistema e do conjunto dos seus cidadãos. As transições entre as hegemonias do sistema mundial não envolveriam uma luta entre Estados candidatos à sucessão hegemônica como sustentou Wallerstein. Sem desconsiderar outros fatores responsáveis pela transição, como os movimentos de expansão do capital, Arrighi destacou que essas transições surgiram de um crescente *caos* sistêmico. Esse caos seria motivado pelo conflito social cuja dinâmica interferiu nas lutas dos governantes pelo poder. Tal conflito surgiria devido às insatisfações dos cidadãos dos Estados geradas pela redução dos níveis de bem-estar ocasionada, por sua vez, pelo aumento excessivo dos “custos de proteção” (gastos com o envolvimento dos governantes nas guerras). Esse aumento acarretaria, por consequência, elevação da pressão fiscal sobre os súditos que se revoltariam. A crescente escalada do conflito social demandaria a emergência de um novo Estado hegemônico capaz de restabelecer a ordem interna e internacional a favor dos demais Estados e de suas populações revoltosas.

Discordando de Wallerstein, para quem o capitalismo floresceu porque a economia mundial teve, dentro dos seus limites, uma multiplicidade de sistemas políticos (ver a seção anterior deste artigo), Arrighi defendeu que a divisão da economia mundial em jurisdições políticas concorrentes não necessariamente beneficiou a acumulação do capital. Ele argumentou que os custos dos prolongados e intensos

conflitos armados podem superar os custos de um governo imperial – os impérios-mundo que antecederam o sistema mundial moderno segundo Wallerstein. A lucratividade dos capitalistas pode ser minada pelo desvio cada vez maior de recursos para a iniciativa militar. Ao mesmo tempo, continua Arrighi, a competição entre as empresas capitalistas não promoveu, necessariamente, a segmentação contínua do domínio político em jurisdições separadas. Em outros termos, prossegue o autor, as competições interestatal e interempresarial podem assumir formas diferentes. A forma que assumirão será fundamental para o funcionamento do sistema mundial moderno – entendido como modo de governo e de acumulação. Para Arrighi, não é suficiente mostrar que existe uma ligação histórica entre estas duas competições. É necessário examinar o processo de desenvolvimento desse sistema e o papel das sucessivas hegemonias mundiais na reconstrução do sistema.

Em síntese, a perspectiva teórica de Arrighi recuperou a dimensão histórica com o propósito de explicar, por caminhos diferentes de Wallerstein, o desenvolvimento do capitalismo histórico e as conexões prováveis entre as competições interestatais pelo poder e a econômica entre os capitalistas. Na próxima seção, tentarei mostrar de que modo a dimensão histórica nas duas abordagens gerou rendimentos significativos na análise dos fenômenos internacionais.

IV. O RECURSO À DIMENSÃO HISTÓRICA E SEU RENDIMENTO ANALÍTICO

Nas duas abordagens (de Wallerstein e Arrighi) há diferenças significativas nos três pontos mencionados na introdução: (i) a ênfase na evolução histórica do capitalismo; (ii) o uso da noção de hegemonia; (iii) a articulação entre o político e o econômico. O desenvolvimento histórico do capitalismo apareceu de formas distintas nas duas abordagens. Wallerstein tratou dos ciclos de expansão e de contração que podem afetar o processo de transição hegemônica. Arrighi, por sua vez, recusou a abordagem de Wallerstein da alternância de expansão e contração e observou a dinâmica do capital por intermédio do deslocamento da produção de mercadorias para a expansão financeira – deslocamento motivado pela lógica da busca pelas melhores oportunidades de rentabilidade do capital.

Foi possível notar, pelas exposições das seções precedentes do artigo, que o termo hegemonia foi utilizado nas duas abordagens com sentidos distintos. Arrighi

optou por trabalhar o conceito gramsciano de hegemonia, adaptando-o para a análise das relações internacionais. Wallerstein, por sua vez, associou hegemonia à dominação política de um Estado que desfrutaria de superioridade econômica em relação a seus rivais. No caso das relações entre política e economia, é possível, também, observar diferenças importantes entre as duas abordagens. Ao tratar das conexões entre o poder político e o desenvolvimento histórico do capitalismo, Wallerstein e Arrighi divergiram. Para Wallerstein, a formação e a evolução do sistema de governo moderno estiveram intimamente relacionadas com o desenvolvimento do capitalismo em escala mundial. Wallerstein reservou ao Estado um papel relevante na operação do sistema-mundo. Diferentemente de Wallerstein, Arrighi não identificou associação imediata entre a evolução do sistema de governo moderno e o desenvolvimento do capitalismo. Para ele, a competição interestatal e a competição entre as empresas capitalistas podem assumir formas diferentes. A forma que assumem tem consequências sobre o moderno sistema mundial (como modo de governo e de acumulação).

Apesar das diferenças entre as duas abordagens, há em comum o recurso à dimensão histórica que possibilitou leituras distintas da política internacional nas quais é possível identificar ganhos significativos na análise das conexões entre o político e o econômico no plano internacional. Em especial, essas abordagens não reduzem a importância da dimensão econômica, como faz H. Morgenthau. A autonomia do político, expressa na vertente realista clássica de Hans Morgenthau e mencionada na introdução deste artigo, tem a desvantagem de conferir ênfase demasiada à competição interestatal pelo poder. Essa ênfase dificultou a elaboração de respostas a questões fundamentais da análise dos fenômenos internacionais como a que se refere às conexões entre a dimensão econômica e a competição interestatal pelo poder. É preciso reconhecer que as disputas pelo poder no campo internacional podem ser motivadas por razões exclusivamente políticas em certas circunstâncias, como tentou demonstrar Arrighi em sua abordagem. Ao mesmo tempo, os formuladores da política externa de um Estado podem constituir interesses próprios na luta política internacional pelo poder, conforme apontou C. Tilly (1996: Capítulo 1).

O recurso à abordagem histórica permitiu observar a dinâmica da política internacional, rejeitando abordagens que privilegiaram a natureza imutável dessa política e apontaram para a permanência do conflito em virtude dessa natureza. Nesse

sentido, essas abordagens rejeitam, em boa medida, a análise teórica realista da política internacional construída por intermédio da analogia entre essa política e o estado de natureza hobbesiano. Morgenthau sugeriu que as relações entre os Estados seriam similares às relações entre os indivíduos no estado hipotético de natureza proposto no *Leviatã* de Thomas Hobbes. Nesse estado, os indivíduos tenderiam a discórdia e ao conflito em virtude de três causas principais: a competição pelo lucro; a desconfiança; e a glória. No cenário internacional, os Estados, as principais unidades que operam nesse cenário, tendem ao conflito recorrente pelas mesmas três causas apontadas por Hobbes. Os Estados desconfiam uns dos outros, competem pelo lucro e aspiram o reconhecimento por suas virtudes, estabelecendo um cenário no qual a sobrevivência está acima de todas as demais motivações do comportamento político, entre as quais as motivações econômicas. Como resultado dessa análise, haveria uma tendência constante à guerra real ou potencial entre os Estados. Por causa dela, os Estados buscam acumular recursos econômicos e aumentar sua capacidade bélica com o propósito precípua de garantir sua sobrevivência. Trata-se aqui, portanto, de uma abordagem que se apresenta como definitiva sobre a dinâmica do comportamento dos Estados num ambiente anárquico. Essa abordagem, inspirada no realismo político de T. Hobbes, herdou desse filósofo outra característica: a elaboração de uma análise que não recorre à dimensão histórica. Essa dimensão esteve presente em outro realista político, Nicolau Maquiavel. Mas está ausente em Hobbes e é pouco relevante na abordagem realista das relações internacionais construída por Hans Morgenthau⁵.

As abordagens de Wallerstein e Arrighi, por sua vez, são construídas com base na dimensão histórica e permitem perceber tendências de desenvolvimento do capitalismo, possibilitando interpretá-lo no presente e prever seus desdobramentos futuros. É evidente que Wallerstein (2004) exagerou ao considerar que o sistema mundial moderno tenderia ao desaparecimento nos próximos cinquenta anos. Para ele, o capitalismo contemporâneo viveria, no momento presente, sua fase derradeira, abrindo a possibilidade para a esquerda contribuir com a formação do próximo sistema mundial moderno que surgiria em virtude da atual crise sistêmica do capitalismo histórico.

⁵ Diversos autores recentes chamaram atenção para o problema da análise de Morgenthau. Ver, dentre outros, WALKER, 1993 e COX, 1986.

Abordagens que privilegiam a dimensão histórica possibilitaram ganhos analíticos importantes. Entre os quais, é possível destacar a análise das variações históricas no comportamento dos Estados. A abordagem de Arrighi foi mais produtiva nesse sentido do que a de Wallerstein. Como foi possível notar na segunda seção deste artigo, Wallerstein definiu as tarefas desempenhadas pelos Estados na economia-mundo capitalista de forma determinista. Para alguns intérpretes do seu pensamento (como DOUGHERTY e PFALTZGRAFF, 2003), sua abordagem combinaria o marxismo com certo viés realista ao privilegiar o papel relevante dos Estados na economia-mundo. Arrighi, por sua vez, atribuiu significativa importância ao papel dos Estados hegemônicos que governam o sistema mundial moderno. Ele observou, também, o processo de sucessão de hegemonias no curso da história. Ao lado desse processo, desenvolveram-se tarefas funcionais cada vez mais complexas, desempenhadas pelos Estados hegemônicos. A crescente complexidade dessas tarefas atingirá seu ponto culminante com a forma de governo construída pelos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial por meio da construção de instituições internacionais relevantes, tais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, ausentes nas outras hegemonias.

Procurando superar as limitações da teoria do sistema-mundo de Wallerstein, Robert Cox (1986) sugeriu examinar as variações nas formas do Estado por intermédio da análise histórica. Inspirado em A. Gramsci, Cox sugeriu a necessidade de adotar o complexo Estado/sociedade civil como entidade básica das relações internacionais. Nesse sentido, ele criticou a prioridade dada ao Estado pela teoria realista de Morgenthau e suas vertentes contemporâneas. Ele insistiu, também, na necessidade de se reconhecer a pluralidade das formas de Estado, que expressam diferentes configurações do complexo Estado/sociedade. Exemplo dessas diferentes configurações apareceu na formação dos chamados *Estados de bem-estar social* nos países de capitalismo avançado. Essa forma de Estado é distinta da que predominou antes, sob o rótulo de *Estado liberal*. Para Cox, a teoria do sistema-mundo de Wallerstein subestimou o Estado ao considera-lo como meramente derivativo de sua posição no sistema-mundo (Estados fortes no núcleo e Estados fracos na periferia). Nesse sentido, a abordagem dessa teoria se preocupou em contar as forças sociais que mantem ou

restauram o equilíbrio do sistema ao invés de identificar as contradições que podem leva-lo à transformação.

O recurso à dimensão histórica gerou, também, ganhos analíticos expressivos na compreensão das variações da competição política no curso da história e da competição entre os capitalistas. Dessa forma, esse recurso permitiria perceber as variações históricas nas interações entre a dinâmica da competição política e a dinâmica da competição capitalista. Permitiria, ainda, compreender a guerra como fenômeno determinado pela competição política e orientado, também, pelos interesses econômicos das classes e grupos organizados no interior dos Estados. A guerra é motivada, também, por razões de natureza econômica e pela dinâmica dos interesses econômicos e sociais internos.

A análise dessas variações é possível por intermédio da dimensão histórica. Essa é a virtude analítica das abordagens aqui examinadas. Os teóricos críticos das relações internacionais⁶ reforçaram a importância da dimensão histórica ao recuperar o materialismo histórico e ao rejeitar o estruturalismo neomarxista de L. Althusser e N. Poulantzas (ver COX, 1986). Os ganhos analíticos são visíveis na capacidade da teoria crítica articular os elementos econômicos, políticos e sociais numa explicação que estabeleceu progresso relevante no campo teórico das relações internacionais, ao gerar avanços na contribuição da teoria do sistema-mundo de Wallerstein e ao identificar o que seria um dos principais problemas da teoria realista dominante nesse campo: a ausência do recurso à história.

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As abordagens aqui examinadas destacaram a relevância da dimensão histórica no desenvolvimento de estudos dos fenômenos internacionais, como a guerra. É certo que a guerra sofreu alterações no curso da história e é possível identificar diferenças na natureza das armas (ver ARON, 2002: cap. 6) e na transformação tecnológica da fabricação dos “meios de coerção” (para utilizar a expressão de C. Tilly). Porém, é possível identificar, a partir da dimensão histórica, elementos fundamentais para construir explicações apropriadas sobre a permanência da guerra na história ou sobre as relações entre as competições pelo poder e pela riqueza nas relações internacionais.

⁶ Foram, também, chamados de *neogramscianos*. Nesse grupo, estão Robert Cox e Stephen Gill. Cf., a respeito, a coletânea de textos de alguns desses autores em GILL, 2007.

O recurso à história, no entanto, não é exclusividade das teorias examinadas neste artigo. Cito, a título de exemplo, duas delas: a de Paul Kennedy (1989); e a de Charles Tilly (1996). Adotando uma perspectiva de longo prazo, Kennedy examinou o poder nacional e o internacional depois do Renascimento, procurando explicar como as grandes potências ascenderam e sofreram declínio no curso dos últimos cinco séculos. A tese de Paul Kennedy articulou as guerras e as transformações econômicas. Segundo Kennedy, a força das principais potências mundiais não permaneceu constante no curso da história, pois elas apresentaram taxas desiguais de crescimento econômico e de inovação tecnológica e organizacional. Para o autor, o desenvolvimento da capacidade produtiva de um país determinou as condições para que arcasse com os custos das guerras.

Charles Tilly publicou seu livro após *Ascensão e queda das grandes potências*. Nele, Tilly demonstrou o papel decisivo exercido pela *guerra* e pela *preparação para a guerra* nas trajetórias de mudança experimentadas pelos Estados nacionais europeus em períodos históricos distintos. Para Tilly, as estruturas estatais seriam o produto secundário dos esforços empreendidos pelos governantes para adquirir “meios concentrados de coerção” ou os meios de guerra (exército, marinha, força de polícia, armas e seus equivalentes). A guerra seria importante instrumento da expansão de poder dos governantes. Por meio dela, eles tiveram condições de aumentar a faixa de população e os recursos sob seu controle.

Em síntese, o resultado dessas análises (de Wallerstein, Arrighi, Kennedy, Tilly e Cox, entre outros) reforçou os ganhos analíticos de perspectivas que analisam longos períodos históricos a partir dos quais extraem elementos para a construção de teorias. Foi o que esse artigo procurou destacar.

REFERÊNCIAS

ARON, R. *Paz e guerra entre as nações*. Brasília: Editora da UNB/São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/IPRI, 2002.

ARRIGHI, G. *O longo século XX – Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro/São Paulo: Contraponto/Editora da UNESP, 1996.

ARRIGHI, G. As três hegemonias do capitalismo histórico. In: GILL, S. (org.). *Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007.

COX, R. Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory. In: Keohane, R. (ed.). *Neorealism and its Critics*. New York: Columbia University Press, 1986.

- DOUGHERTY, J. E. e PFALTZGRAFF Jr., R. L.** *Relações internacionais – as teorias em confronto*. Lisboa: Gradiva, 2003.
- FIORI, J. L.** Formação, expansão e limites do poder global. *In: FIORI, José Luís. (org.). O poder americano*. 3a. edição. Petrópolis: Vozes, 2007.
- HALLIDAY, F.** *Repensando as relações internacionais*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.
- GILL, S. (org.).** *Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007.
- GILPIN, R.** *O desafio do capitalismo global – A economia mundial no século XX*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- LÊNIN, I. I.** Os princípios do socialismo e a guerra de 1914-1915. *In: BRAILLARD, P. Teoria das relações internacionais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1990.
- KENNEDY, P.** *Ascensão e queda das grandes potências – Transformações econômicas e conflito militar de 1500 a 2000*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- MORGENTHAU, H.** *A política entre as nações*. Brasília: Editora da UNB/São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/IPRI, 2003.
- TILLY, C.** *Coerção, capital e Estados europeus*. São Paulo: EDUSP, 1996.
- WALLERSTEIN, I.** *O sistema mundial moderno – A agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI*. Vol. 1. Porto: Afrontamentos, 1990.
- WALLERSTEIN, I.** *O sistema mundial moderno – O mercantilismo e a consolidação da economia-mundo europeia, 1600-1750*. Vol. 2. Porto: Afrontamentos, 1996.
- WALLERSTEIN, I.** *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.
- WALLERSTEIN, I.** *O declínio do poder americano*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- WALKER, Robert B. J.** *Inside/Outside: International Relations as Political Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.